

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em Milhares de Reais)

ATIVO	30/06/2019	31/12/2018
Circulante	5.610	4.632
Disponibilidades	196	181
Títulos e Valores Mobiliários	5.013	4.371
Outros Créditos/Outros Valores e Bens	401	80
Não Circulante	1.136	1.129
Realizável a Longo Prazo	718	652
Valores Pendentes de Receb. Cobrança Judicial	685	619
Devedores p/Depósitos em Garantia	33	33
Permanente	418	477
Investimentos	6	6
Imobilizado	369	434
Diferido	-	-
Intangível	43	37
Compensação	204.269	190.389
Recursos Coletados de Consórcios	204.136	190.261
Recursos Utilizados	169.691	158.155
Recursos a Utilizar	31.969	29.581
Provisão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	2.476	2.525
Rendas Títulos e Valores Mobiliários	133	128
TOTAL DO ATIVO	211.015	196.150
PASSIVO	30/06/2019	31/12/2018
Circulante	1.251	1.331
Impostos e Contribuições a Recolher	191	231
Obrigação p/Recursos de Consorciados - Gr.Enc.	481	644
Provisão p/ Pagamentos a Efetuar	549	310
Credores Diversos - País	30	13
Outras Despesas Administrativas	-	133
Não Circulante	718	652
Exigível a Longo Prazo	718	652
Recursos Pendentes de Recebimento-Cobrança Judicial	685	619
Provisão para Passivos Contingentes	33	33
Compensação	204.269	190.389
Recursos Coletados de Consórcio	204.136	190.261
Recursos Utilizados	169.691	158.155
Recursos a Utilizar	31.969	29.581
Recursos mensais a receber de Consorciados	2.476	2.525
Rendas Títulos e Valores Mobiliários	133	128
Patrimônio Líquido	4.777	3.778
Capital Social	1.788	1.788
Lucros (Prejuízos) Acumulados	2.989	1.990
TOTAL DO PASSIVO	211.015	196.150

DFC - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30/06/2019
(Em milhares de reais)

	30/06/2019 (1º Semestre)	31/12/2018 (2º Semestre)
Atividades Operacionais		
Resultado Líquido do Semestre	998	623
Depreciações e Amortizações	54	42
Ganhos na venda de bens do imobilizado	(67)	(14)
(Aumento) Redução nas Contas do Ativo		
Valores Pendentes - Cobrança Judicial	(62)	(58)
Adiantamentos e Antecipações Salariais	22	(42)
Cheques a Receber	1	(1)
Devedores p/Depósitos em Garantia	-	-
Impostos e Contribuições a Compensar	(348)	298
Outros Valores e Bens	(16)	4
taxa de Administração a Receber	14	(14)
Aumento (Redução) nas Contas do Passivo		
Impostos e Contribuições a Recolher	(39)	37
Obrigações p/Recursos Grupos Encerrados	(52)	(246)
Provisão p/ Pagamentos a Efetuar	61	(482)
Provisão p/Passivos Contingentes	-	-
Credores Diversos no País	17	(12)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	583	135
Atividades de Investimentos		
Alienações de Ativo Imobilizado	85	14
Aquisições de Ativo Imobilizado	(11)	(329)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	74	(315)
Atividades de Financiamentos		
Lucros Distribuídos no Período/Ajustes Exercícios Anteriores	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	657	(180)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4.552	4.732
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do Período	5.209	4.552

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADA EM 30/06/2019
(Em milhares de reais)

	30/06/2019 (1º Semestre)	31/12/2018 (2º Semestre)
Receita Bruta de Prestação de Serviços	3.433	3.656
Impostos s/ Vendas de Serviços	(228)	(243)
Lucro Bruto	3.205	3.413
Receitas Operacionais	131	142
Variações Monetárias Ativas	-	-
Receitas Financeiras	133	128
Despesas financeiras	(3)	(2)
Despesas Administrativas	(2.299)	(2.621)
Despesas Operacionais	(54)	(42)
Variações Monetárias Passivas	(12)	(16)
Outras Despesas Operacionais	(170)	(183)
Resultado Operacional	931	819
Receitas não Operacionais	67	14
Despesas não Operacionais	-	-
Resultado Antes da Contribuição Social	998	833
(-) Provisão para Contribuição social	-	(163)
Lucro Antes do Imposto de Renda	998	670
(-) Provisão para Imposto de Renda	-	(428)
Lucro (Prejuízo) Apurado no Período Base	998	242

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS EM 30/06/2019 (Em milhares de reais)

	30/06/2019 (1º Semestre)	31/12/2018 (2º Semestre)
Disponibilidades - (Início do período)	29.581	27.871
Depósitos Bancários	366	143
Aplicações Financeiras	8.455	6.337
Aplicações Vinculada a Contemplação	20.760	21.391
(+) Recursos Coletados	23.753	23.299
Contribuições para Aquisição de Bens	18.563	18.014
Taxa de Administração	3.093	3.123
Contribuições ao Fundo de Reserva	562	552
Rendimentos Aplicações Financeiras	471	447
Multas e Juros Moratórios	137	128
Prêmios de Seguros	742	736
Outros	185	299
(-) Recursos Utilizados	21.365	21.589
Aquisição de Bens	16.522	16.718
Taxa de Administração	3.154	3.251
Multas e Juros Moratórios	68	64
Prêmios de Seguros	749	750
Devolução a Consorciados Desligados	566	529
Outros	306	277
Disponibilidades - (Final do período)	31.969	29.581
Depósitos Bancários	206	366
Aplicações Financeiras dos Grupos	12.318	8.455
Aplicações Vinculada à Contemplação	19.445	20.760

DVA - DEMONSTRATIVO DO VALOR AGREGADO - 30/06/2019

	30/06/2019	31/12/2018
1 - RECEITA	3.632	7.541
Receita da Prestação de Serviços	3.433	7.290
Outras Receitas Operacionais	132	237
Receitas Não Operacionais	67	14
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	925	2.536
Custos dos Serviços Prestados	925	2.536
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	2.707	5.005
4 - RETENÇÕES	54	46
Depreciação, Amortização e Exaustão	54	46
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	2.653	4.959
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	133	244
Receitas Financeiras	133	244
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	2.786	5.203
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.786	5.203
Pessoal e Encargos	1.333	3.157
Impostos, Taxas e Contribuições	433	907
Juros e Aluguéis	22	48
Déficit do Exercício	998	1.091

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30/06/2019

NOMENCLATURA	31/12/2018	CAPITAL	LUCROS	PREJUÍZOS	AJUSTES	30/06/2019
CAPITAL	1788					1788
LUCROS 1o.SEMESTRE			998			998
LUCROS 2o.SEMESTRE						
LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	1990					1990
PREJUÍZOS 1º SEMESTRE						
PREJUÍZOS 2º SEMESTRE						
TOTAL	3.778		998			4.776

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RECURSOS DE CONSÓRCIO EM 30/06/2019 (Em Milhares de Reais)

ATIVO	30/06/2019	31/12/2018	PASSIVO	30/06/2019	31/12/2018
Circulante	65.201	64.377	Circulante	65.201	64.377
Disponibilidades	31.969	29.580	Obrigações Diversas c/ Consorciados	20.779	20.380
Depósitos Bancários	206	365	Valores a Repassar	1.960	1.828
Aplicações Financeiras	31.763	29.215	Obrigações Contemplações a entregar	19.445	20.760
Outros Créditos	33.232	34.797	Recursos a Devolver a Consorciado	14.850	13.827
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	33.232	34.797	Recursos dos Grupo	8.167	7.582
Compensação	176.969	194.667	Compensação	176.969	194.667
Consórcio	176.969	194.667	Consórcio	176.969	194.667
Previsão Mensal de Recursos a Receber	2.476	2.525	Recursos Mensais a Receber Consorciados	2.476	2.525
Contribuições Devidas ao Grupo	94.555	104.491	Obrigações do Grupo Contribuições	94.555	104.491
Valores de Bens/Serviços a Contemplar	79.938	87.651	Bens ou Serviços a Contemplar	79.938	87.651
TOTAL DO ATIVO	242.170	259.044	TOTAL DO PASSIVO	242.170	259.044

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30.06.2019

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por finalidade a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor emanada pelo Banco Central do Brasil, de um consórcio, cujo objetivo é propiciar a cada um dos consorciados, mediante um fundo comum, a aquisição de veículos automotores, imóveis e outros bens.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os critérios do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e dispositivos constantes da Lei nº 11.638 de 28/12/2007 e Lei nº 11.941 de 27/05/2009, observando-se as seguintes práticas contábeis:

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

3.1 - A apuração do resultado é reconhecida segundo o regime de competência de exercícios, exceto pela taxa de administração que é reconhecida quando do seu efetivo recebimento, de acordo o disposto no item 1.26.1.2 do COSIF.

3.2 - As aplicações interfinanceiras de liquidez e os valores mobiliários estão registrados pelo valor de aplicação ou de aquisição acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

3.3 - Ativo Não Circulante

3.3.1 - Imobilizado - É demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31/12/1995, mais as adições e baixas ocorridas até 30/06/2019 e sua depreciação é calculada pelo método linear, a qual contempla a vida útil econômica dos bens.

3.4 - Passivo Circulante

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.4.1 - A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% sobre o Lucro Real, acrescida do adicional previsto na legislação fiscal. A provisão para a Contribuição Social sobre o Lucro é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação vigente.

3.4.2 - As provisões de férias e 13o salário, são constituídas com base na remuneração dos empregados, inclui as vencidas e proporcionais e os correspondentes encargos sociais e o adicional de um terço.

3.5 - Passivo não Circulante

3.5.1 - Os valores não retirados por Consorciados Desistentes e Excluídos, bem como, aqueles oriundos de Fundo de Reserva à disposição de consorciados ativos, relativos a grupos encerrados, encontram-se atualizados às taxas vigentes no mercado financeiro e estão incluídos e consignados sob as rubricas "Recursos não Procurados", no montante de R\$ 472.585,73 e "Valores a Transferir para Recursos não Procurados-DEJUR", no montante de R\$ 44.356,28, perfazendo o total de recursos a devolver de R\$ 516.942,01.

3.5.2 - Provisões para ativos e passivos contingentes e obrigações fiscais

a-) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não existiam ativos contingentes.

b-) Provisão para riscos e passivos contingentes

As provisões para riscos são representadas por contingências cíveis e trabalhistas com probabilidade de perda provável, conforme segue:

	Cível/Fiscais		Trabalhista		Total	
	31.12.18	30.06.19	31.12.18	30.06.19	31.12.18	30.09.19
Saldos no início do período	-	-	33.451,90	32.715,07	33.451,90	32.715,07
Constituições/atualizações	-	-	479,88	487,06	479,88	487,06
Baixas/reversões	-	-	1.216,71	-	-	-
Saldos no fim do período	-	-	32.715,07	33.202,13	32.715,07	33.202,13

3.6 - Patrimônio Líquido

3.6.1 - O Capital Social, subscrito e integralizado está dividido em 1.788.228 de quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, pertencente a quotistas residentes no País.

SÓCIOS	CAPITAL	%
José Antonio do Carmo Faria	1.785.228,00	99,82%
José Antonio do Carmo Faria Junior	1.000,00	0,06%
Wayne do Carmo Faria Sobrinho	1.000,00	0,06%
Anália do Carmo Faria de Barros	1.000,00	0,06%
TOTAL	1.788.228,00	100,000%

3.6.2 - Limite de Alavancagem - Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das Administradoras de Consórcio estabelecido no artigo 6º, § 1º da Circular Bacen nº 3.433 de 03/02/2009, conjugado com o artigo 1º, § 1º, incisos I, II e III da Circular Bacen no 3.524 de 03/02/2011, assim apurado: Passivo Circulante + Passivo Não Circulante da Administradora (R\$ 1.969.514,35) (-) Recursos Pendentes de Recebimento - Cobrança Judicial (R\$ 693.746,98) + Disponibilidades de Grupos de Consórcio (R\$ 31.969.094,60 (-) Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (R\$ 19.445.187,03) = R\$ 13.799.674,94 versus Patrimônio Líquido Ajustado de R\$ 28.659.419,64 (R\$ 4.776.569,94 x 6).

3.6.3 - Limite de Imobilização - Nos termos da já citada Circular nº 3.524, artigo 2º, § 1º, Item II, o Ativo Permanente das administradoras de consórcio não podem ultrapassar 100% do PLA - Patrimônio Líquido Ajustado. Ativo Permanente em 30/06/2019 (R\$ 417.422,49) e Patrimônio Líquido Ajustado (R\$ 4.776.569,94).

3.7 - Impairment (Valor Recuperável do Ativo)

A empresa não apresentou nenhum fato que fosse necessário a realização de ajustes para o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, em atendimento à Circular/Bacen nº 3.387 de 03/06/2008, e Comunicado Técnico 01 do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC).

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

4.1 - As Aplicações Financeiras Vinculadas são efetuadas exclusivamente em quotas do FUNDO SANTANDER FIC FI EXTRA PLUS REFERENCIADO DI, nos termos do artigo 1º da Circular Bacen nº 3.261 de 28/10/2004, sendo demonstradas pelos valores aplicados mais os rendimentos líquidos auferidos até a data do balanço, observado o regime de competência.

4.2 - Os rendimentos das aplicações são rateados pelos grupos proporcionalmente aos seus saldos diários.

4.3 - As demonstrações de recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, consolidadas, são preparadas a partir das demonstrações individuais de cada grupo.

4.4 - Os recursos coletados correspondem aos valores arrecadados dos grupos por ocasião do pagamento das prestações, reconhecidos mensalmente por regime de caixa.

4.5 - Os recursos utilizados representam desembolsos efetuados por conta dos grupos de consórcio, para sua manutenção.

4.6 - Os recursos a utilizar representam disponibilidades e direitos dos grupos de consórcio.

4.7 - A Taxa de Administração é apropriada de acordo com o pagamento das prestações, calculada por um percentual sobre o valor do bem objeto do consórcio que varia de acordo com a espécie do bem.

NOTA 5 - GRUPOS DE CONSÓRCIO - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

	31/12/2018	30/06/2019
Nº de Grupos Administrados	54	53
Nº de Consorciados ativos	6366	6235
Nº de Desistentes/Excluídos	11362	11620
Taxa de Inadimplência	17%	19%

A Taxa de Administração média praticada nos grupos de bens móveis é de 14%.

A Taxa de Administração média praticada nos grupos de bens imóveis é de 17%.

NOTA 6 - COMPONENTE ORGANIZACIONAL DE OUVIDORIA

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.849 de 25 de março de 2010, e pelas Circulares Bacen nºs 3.501 e 3.503, respectivamente de 16 de julho de 2010 e 26 de julho de 2010, o Componente Organizacional de Ouvidoria se encontra em pleno funcionamento.

NOTA 7 - VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO

A Administradora não procedeu ao ajuste do valor recuperável de seu ativo, por não apresentar fatos que pudessem caracterizar a necessidade de ajustes, estando seus valores adequados ao valor de mercado.

NOTA 8 - PARTES RELACIONADAS

Nos termos da Carta-Circular 3.410 de 13/08/2009, informamos que as transações com partes relacionadas se restringiram ao pagamento de bens junto a empresas ligadas (FARIA VEICULOS LTDA e FARIA MOTOS LTDA), eventualmente adquiridos dessas empresas por consorciados contemplados em grupos por nós administrados.

NOTA 9 - MANUAL DE CONTROLES INTERNOS

A Administradora mantém atualizado o Manual de Controles Internos, onde encontra-se registrado:

- a-) O processo operacional da Administradora e dos Grupos de Consórcio;
- b-) O gerenciamento de riscos; e
- c-) O gerenciamento de contingências.

NOTA 10 - CONTINGÊNCIAS

As Declarações de Imposto de Renda e outros impostos estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis.

NOTA 11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Administradora não possui saldo de instrumentos financeiros derivativos em 30 de Junho de 2019, cujas divulgações sejam requeridas nos termos das normas e instruções do BACEN.

NOTA 12 - CONVERGÊNCIAS DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as Instituições Financeiras somente quando aprovadas pelo CMN - Conselho Monetário Nacional.

Os procedimentos contábeis já aprovados foram:

- *Resolução Nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- *Resolução Nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- *Resolução Nº 3.750/09 - Divulgação das Partes Relacionadas (CPC 05);
- *Resolução Nº 3.823/09 - Provisões de Passivos e Ativos Contingentes (CPC 25);
- *Resolução Nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- *Resolução Nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10); e
- *Resolução Nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro (CPC 023).

Atualmente não é possível estimar quando o Banco Central do Brasil irá aprovar os demais procedimentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses procedimentos nas demonstrações contábeis.

NOTA 13 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Risco de crédito

A atividade de administração de consórcios, por sua própria natureza, possui reduzidos fatores de riscos financeiros, visto que o principal risco, o de crédito de um grupo de consórcio, é assumido pelo grupo de consorciados. Contudo, a administradora pode, por questões comerciais, assumir os saldos dos grupos que venham a se encerrar devedores, assumindo os créditos juntos aos consorciados inadimplentes.

A empresa tem como prática a contemplação de todos os consorciados adimplentes quando do encerramento dos grupos de consórcio, mesmo que o grupo se encerre devedor. Essa prática expõe a Administradora a um risco de crédito, cuja gestão é realizada corporativamente e busca minimizar potenciais efeitos adversos na empresa. Os principais procedimentos de gestão do risco de crédito são: análise de crédito detalhada quando do pagamento do bem ou serviço ao consorciado e a obtenção de garantias, alienação do bem entregue ou garantia real no caso de um serviço;

b) Risco de liquidez

A Administradora é capitalizada, não possui recursos tomados junto a terceiros e todas suas disponibilidades são aplicadas em Títulos e Valores Mobiliários, em sua maioria de liquidez imediata, em instituições financeiras, consideradas pelo mercado, de primeira linha. Sendo assim, o risco de liquidez da Administradora é praticamente nulo. Adicionalmente, a Administradora possui limites de patrimônio líquido ajustado e limites operacionais que estão sendo observados pela administração, conforme disposições do Banco Central do Brasil;

NOTA 14 - FATOS SUBSEQUENTES

A Administradora não apresenta eventos relevantes subsequentes ao fechamento de 30 de Junho de 2019.

NOTA 15 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Administradora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 15/07/2019.

JOSÉ ANTONIO DO CARMO FARIA
DIRETOR EXECUTIVO

HELENA APARECIDA SARTORETO MOLENA
DIRETORA FINANCEIRA

JURACY FERREIRA DE SOUZA
TC-CRC 1SP224787/0-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Administradores da
FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
São José do Rio Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas que fazem parte das referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA** em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente.

Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos:

- Constituição e encerramento de grupos;
- Testes sobre os processos e dossiês de consorciados;
- Cumprimento dos limites de PLA e Capital mínimo exigido, além dos limites operacionais determinado pelo BACEN;
- Componente organizacional de ouvidoria;
- Prevenção a lavagem de dinheiro (PLD) e combate de financiamento ao terrorismo (CFT).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA**, e apresentadas como informação gerencial, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação com o semestre findo em 30 de junho de 2019, foram por nós revisadas, e emitimos relatório sem modificação de opinião datado de 28 de fevereiro de 2.019.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores

A administração da **FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA** é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse assunto.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório esta, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil-Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtermos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da empresa.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Sorocaba (SP), 15 de julho de 2019.



ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S
CRC2SP035035

ELIZEU DE AZEVEDO

Contador CRC1SP076962/0-9

Auditor Independente-CVM-AD nº 1980 / CNAI nº 179

Antonio Carlos Rubinato
Contador CRC1SP11745/0-5
Registro IBRACON nº 5.092

JÉSSICA C.MORENO G. RUBINATO
Contadora – CRC1SP297849/0-9
Auditora Assistente